


ANEXO VI

FICHA DE INSCRIÇÃO	
MINISTÉRIO SUPERVISOR: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	
ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), ambas do MDS.	
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Diretoria de Relações Institucionais (Sesep) e Diretoria de Monitoramento (Sagi).	
RESPONSÁVEL: Patricia Vieira da Costa (diretora de relações institucionais da Sesep), Marconi Fernandes de Souza (diretor de monitoramento da Sagi) e Caio Nakashima (diretor de gestão da informação da SAGI), todos do MDS.	
E-MAIL: patricia.vcosta@mds.gov.br	
TELEFONE: (61) 2030-1003 ou 2030-1074	
CATEGORIA: <input type="checkbox"/> Fortalecimento dos controles internos administrativos <input checked="" type="checkbox"/> Promoção da transparência ativa e/ou passiva <input type="checkbox"/> Aprimoramento das atividades de ouvidoria <input type="checkbox"/> Diminuição no tempo de apuração disciplinar	
TÍTULO DA PRÁTICA: PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO	
	Brasília-DF, 12 de setembro de 2014
 _____ Declaro que tomei conhecimento do Regulamento do II Concurso de Boas Práticas da CGU Assinatura do responsável, de acordo com o art. 10 deste Regulamento	

Observação: É obrigatório o preenchimento de todos os campos e da assinatura do Responsável.

PRÁTICA

1) TÍTULO

Portal Brasil Sem Miséria no Seu Município (www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios)

2) DESCRIÇÃO DA PRÁTICA - limite de 4 (quatro) páginas:

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado em junho de 2011 com o objetivo de superar a extrema pobreza em todo o país, articulando e fortalecendo iniciativas de impacto decisivo sobre as condições de vida dos mais pobres dentre os brasileiros. O BSM inclui diversas políticas já existentes e consolidadas, influenciando-as de acordo com a ótica da extrema pobreza, mas envolve também iniciativas desenhadas especialmente para compor o Plano. As principais características das ações do Plano BSM são: foco no público extremamente pobre (com renda mensal inferior a R\$ 77 por pessoa); grande escala, de modo a atingir um contingente significativo de população; perspectiva nacional (ainda que com destaques regionais), de maneira a alcançar os extremamente pobres em todo o país; e estrutura que permita execução ágil, de modo a garantir a tempestividade requerida, dada a curta duração do Plano (até 2014).

Embora a renda seja uma variável fundamental nessa discussão, a extrema pobreza manifesta-se de múltiplas formas. Além da insuficiência de renda, há baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia, entre outras privações. Superar a extrema pobreza requer, portanto, ação intersetorial do Estado. É por isso que o BSM, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolve, ao todo, 22 ministérios, além de vários outros órgãos e entidades. Juntos, esses parceiros desenvolvem cerca de 100 ações que compõem o Plano, distribuídas em três grandes eixos de atuação. Um deles é o de garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza. O segundo é o de inclusão produtiva (urbana e rural), com oferta de oportunidades de qualificação profissional, ocupação e renda ao público-alvo do Plano. O terceiro é o eixo de acesso a serviços, para provimento, ampliação e aprimoramento de serviços públicos.

Todos os estados brasileiros aderiram ao BSM por meio de pactuação voluntária. Vários lançaram planos próprios, potencializando ações de iniciativa do Governo Federal e fortalecendo ações próprias. Da mesma forma, muitos municípios estão desenvolvendo seus planos locais de superação da extrema pobreza. A partir do começo de 2013, com o início das novas administrações municipais após as eleições do ano anterior, o BSM aproximou-se ainda mais das prefeituras. O BSM conta também com um forte histórico de participação social.

A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), que faz parte da estrutura do MDS, é responsável pela coordenação e pelas atividades de gestão e monitoramento do BSM, feito por meio de Salas de Situação temáticas, com reuniões periódicas das quais participam representantes do Governo Federal e outros atores envolvidos em cada ação ou vertente do Plano.

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é a responsável, no MDS, por atividades de avaliação, monitoramento, construção e implementação de ferramentas de integração de dados. Esses dados permitem construir painéis de indicadores de forma customizada, o que possibilita o acesso de vários públicos a informações detalhadas sobre várias políticas sociais.

O *Portal Brasil Sem Miséria no seu município* (www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios) foi desenvolvido para tornar mais acessíveis e transparentes as principais informações sobre as ações do BSM em cada um dos 5.570 municípios do país, organizando dados de diversas fontes em um mesmo ambiente e com uma forma de apresentação clara, simples e objetiva. De acesso público, o *Portal* auxilia os prefeitos e demais gestores municipais nas tarefas de implementar e fortalecer ações de superação da extrema pobreza, e também de montar suas estratégias locais de combate à miséria, ao mesmo tempo em que proporciona à sociedade um instrumento de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de combate à pobreza. Não há necessidade de cadastramento no *Portal* ou previsão de áreas reservadas.

Elaborado em parceria entre a SESEP e a SAGI, o *Portal* traz informações customizadas e atualizadas bimestralmente para cada um dos municípios brasileiros, mostrando o atual estágio das ações do BSM em seu território, além de gráficos que permitem acompanhar a evolução de indicadores, textos explicando o Plano e seus principais programas e dicas para montar estratégias

municipais de combate à miséria. O *Portal* está organizado em seis menus, ilustrados e descritos abaixo.

O primeiro menu apresenta o *Relatório Brasil Sem Miséria no seu Município*, que contém informações a respeito da situação atual de cada cidade do país nas principais ações que compõem os eixos do BSM. Basta escolher o município de interesse a partir de uma lista de cidades gerada após um clique sobre um dos estados no mapa do Brasil.

O segundo menu traz o *Painel de Monitoramento*. Essa funcionalidade disponibiliza séries históricas de indicadores do Plano, permitindo identificar eventuais empecilhos à evolução das ações locais contra a miséria.

O terceiro menu contém a *Cartilha Plano Brasil Sem Miséria no seu Município*, que explica de maneira simples e direta aos gestores municipais o que são, para que servem, como acessar e como melhorar o desempenho municipal em cada um dos principais programas do BSM.

O quarto menu tem *Informes adicionais* sobre uma série questões de interesse dos municípios, como elaboração de PAA municipal, programas e ações do MDS, mercado de trabalho local, dinâmica das ocupações e das admissões no mercado formal de trabalho.

O quinto menu, *Contatos*, informa como entrar em contato direto com a equipe do MDS.

O sexto e último menu remete o internauta para o *Portal Brasil Sem Miséria no seu Estado*, uma ferramenta que resultou de demandas feitas pelos usuários do *Portal Brasil Sem Miséria no seu Município* para que as informações estaduais também fossem disponibilizadas de forma simples, transparente e customizada. No caso dos estados, há informações consolidadas e também tabelas com dados desagregados por município, permitindo cotejar resultados, elaborar diagnósticos regionalizados e planejar o apoio às cidades que mais precisam.



Os dados e indicadores que compõem o *Relatório BSM no seu Município*, o *Painel de Monitoramento* e os boletins da seção de *Informes adicionais* ficam armazenados em um amplo banco de dados da SAGI, chamado MI-BSM. Ele conta com informações de nível nacional, regional e municipal, e utiliza uma metodologia de extração, geração e carga de indicadores que permite interação acessível e amigável, facilitando as rotinas de alimentação do banco e tornando mais eficiente a análise de conteúdo.

O gerenciamento do banco de dados é feito por meio da aplicação de gestão e documentação de metadados e da carga de dados. Na aplicação, as variáveis estão distribuídas em tabelas, documentadas em formulários compostos por informações relativas a tema, periodicidade, unidade de análise, fonte, descrição, observações adicionais, agregações temporais e territoriais e categoria das variáveis. A figura abaixo mostra o Gestor de metadados e carga de dados.

UPLOAD DE DADOS

Novo Método: BSM (BSM) (SESP)

Excluído: BSM (BSM) (SESP)

Metadados	Atribuir	Metodologia	Risco	ID	Tabela	Variáveis	ID Vari	Data da LFT Data da LFT	Visualizar Dados
			BSM	1	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais	41	01/2012 02 meses	
			BSM	2	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais por setor econômico	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais por setor econômico	42 a 47, 49	01/2012 02 meses	
			BSM	3	Movimentação mensal de emprego formal	Quantidade total de admissões em empregos formais e Quantidade total de demissões em empregos formais. Exclui admissões e demissões em empregos formais	45, 46, 48	06/2014 03 meses	
			BSM	4	Total, entradas, desligamentos e saldo de famílias beneficiárias do FFP	Total de famílias beneficiárias do FFP. Exclui o total de famílias do FFP. Exclui famílias do FFP que não estão em situação de regularidade de família no FFP	49, 50, 51, 52	10/2012 23 meses	
			BSM	5	População total (Censo)	População total	43	01/2010 05 meses	
			BSM	6	Quantidade de equipes de saúde da família implantadas	Quantidade de equipes de saúde da família implantadas	47	07/2014 03 meses	
			BSM	7	Total da população segundo sexo (Censo)	Total de população masculina e Total de população feminina	44, 45	01/2010 05 meses	
			BSM	8	Total da população segundo situação censitária (Censo)	Total de população residente em área urbana. Total de população residente em área rural	44, 45	01/2010 05 meses	

Para a disponibilização dos dados no *Portal Brasil Sem Miséria no seu Município*, o banco de dados conta hoje com mais de 70 indicadores e variáveis provenientes de pelo menos 20 fontes oficiais diferentes, o que possibilita que os documentos sejam gerados com ampla gama de informações. Esse fluxo de dados tem sua origem em diversas instituições públicas – como o Cadastro Único para Programas Sociais, a Caixa Econômica Federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e vários ministérios parceiros –, que os coletam e repassam à SESEP e à SAGI para sistematização e divulgação numa forma de apresentação simples e objetiva.

Alguns exemplos de indicadores e variáveis utilizados pelo MDS para a construção dos dados do *Portal*: quantidade de famílias registradas no Cadastro Único; quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – e daquelas que estão em dia com as condicionalidades; quantidade de equipamentos e de equipes volantes da Assistência Social, quantidade de crianças do Bolsa Família matriculadas em creches, quantidade de alunos matriculados nos cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil Sem Miséria, construção de Unidades Básicas de Saúde em áreas de forte incidência de pobreza, entre muitos outros.

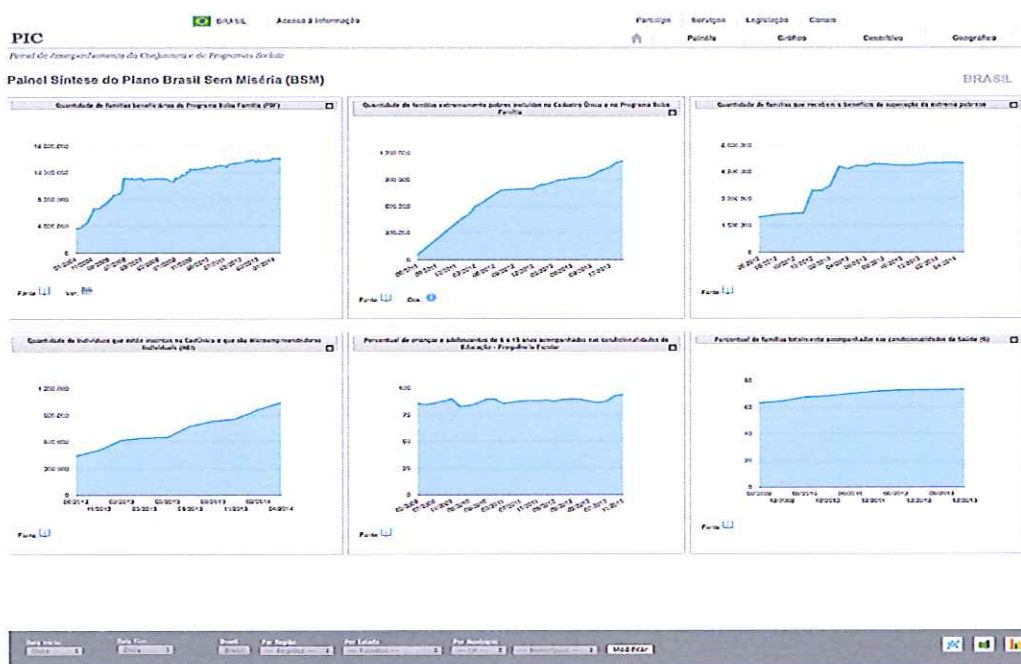
Essas informações, atualizadas e compiladas nos *Relatórios Brasil Sem Miséria no seu Município*, que dispõem de conteúdos analíticos textuais e gráficos (imagem de *Relatório* municipal customizado abaixo, texto completo no item 5, proporcionam um poderoso instrumento para retratar a realidade municipal. A consolidação de informações de diversas fontes num único relatório – simples, amigável, completo e acessível – favorece a gestão local, facilitando o planejamento de ações e o direcionamento de investimentos para áreas com mais carências. E, por ser de acesso livre, a ferramenta também contribui para a transparência das ações governamentais, permitindo ao cidadão conferir e fiscalizar o andamento das políticas.

Se o *Relatório Brasil Sem Miséria no seu Município* traz informações sobre a situação atual dos principais programas que compõem o BSM em cada um dos municípios brasileiros, a *Cartilha*

Brasil Sem Miséria no seu Município explica como funcionam os programas mencionados no *Relatório*. Disponível também em formato impresso, a *Cartilha* é fruto de um trabalho feito pela SESEP junto aos responsáveis pelos programas, no intuito de explicar aos gestores municipais da maneira mais simples e direta possível como funcionam e o que é possível fazer para melhorar a gestão desses programas no nível municipal. No menu *Cartilha Brasil Sem Miséria*, o internauta encontra uma aba para cada programa. Ao clicar sobre um deles, como o Programa *Mais Educação*, abrem-se novas abas, para que o usuário decida se quer saber “*O que é*”, “*Para que serve*”, “*Público alvo*”, “*Forma de acesso*”, “*Critério de seleção*” ou “*Responsável*” pelo programa.

O uso combinado da *Cartilha* e dos *Relatórios* permitiu que o MDS fizesse cerca de 3.430 atendimentos presenciais personalizados a municípios, em eventos realizados em Brasília ou durante visitas técnicas aos estados. Pesquisadores, jornalistas e a sociedade civil também utilizam esses materiais de forma ampla.

Outra aplicação fundamental contida no *Portal* é o já mencionado *Painel de Indicadores de Monitoramento*, mostrado abaixo. Com ele, o gestor municipal e o cidadão podem avaliar a evolução de indicadores do BSM em sua cidade ao longo do tempo. A visualização de séries históricas de indicadores do Plano permite identificar com mais precisão eventuais empecilhos à evolução das ações locais contra a miséria, subsidiando a tomada de decisão do gestor municipal, o aprimoramento das ações em nível local e o acompanhamento pela comunidade, pela imprensa e pela academia.



Para acessar o *Painel*, seleciona-se, no mapa do Brasil, o estado e o município desejado. O menu *Painel de Monitoramento*, à esquerda da tela, dá acesso aos gráficos com a evolução temporal da quantidade de famílias no Programa Bolsa Família, famílias incluídas na busca ativa, famílias recebendo o benefício para superação da extrema pobreza, número de microempreendedores individuais do Cadastro Único, percentuais de acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde do Bolsa Família. O usuário define o período a ser consultado em campo apropriado para inserção de datas. No canto superior direito do *Painel de Monitoramento*, a aba “*Geográfico*” traz comparações do município com seu estado, sua região e o país.

3) HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO - limite de 2 (duas) páginas:

O sucesso do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) depende em larga medida do alinhamento de políticas entre os governos federal, estaduais e municipais. Juntos, os esforços dos três entes federativos têm impacto muito maior do que fragmentados. Ganha-se em escala, em custos e em coerência. Além disso, é “na ponta” que os gestores podem lidar melhor com as diversas formas em que a pobreza se manifesta nas diferentes partes do país. Afinal, são as prefeituras e os servidores municipais que chegam até as famílias mais pobres por meio da Busca Ativa para registro no Cadastro Único para Políticas Sociais e posterior ingresso no Programa Bolsa Família. E também são eles que se relacionam face a face com essa população nos atendimentos feitos pelas redes de assistência social, saúde e educação. Mas como uma equipe enxuta como a de relações federativas do BSM, composta por quatro servidores, poderia manter relações com os 5.570 municípios do país?

As eleições municipais de 2012 colocaram um desafio ainda maior para a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP/MDS), responsável pela coordenação do BSM, visto que houve mudanças profundas em boa parte das administrações locais no início de 2013. Era preciso informar as prefeituras sobre a estratégia do BSM, os programas que fazem parte do Plano, seu funcionamento, sua implementação, seu acompanhamento e as formas de organizar planos locais de superação da miséria.

Ao mesmo tempo, era preciso proporcionar à sociedade civil, em nível local, mecanismos de acompanhamento da evolução e da situação das ações de redução da pobreza extrema (já existia a divulgação periódica de informações nacionais consolidadas e de algumas informações estaduais). Destaque-se que o BSM conta com mecanismos sofisticados de diálogos com a sociedade civil, tendo desenvolvido até mesmo uma metodologia nesse sentido, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República. A equipe de participação social do Plano conta com três servidoras.

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de desenvolver uma ferramenta para tornar mais acessíveis e transparentes as principais informações sobre as ações do BSM em cada um dos municípios do país, organizando dados de diversas fontes em um mesmo ambiente virtual, o que facilitaria sobremaneira a consulta e, conseqüentemente, o monitoramento em cada localidade. A ideia era de apresentar as informações de forma clara, simples e objetiva, de modo a atender tanto às necessidades dos gestores públicos, nas tarefas de ampliar e aprimorar as ações de superação da extrema pobreza e de montar suas estratégias locais de combate à miséria, quanto à sociedade civil, no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas de combate à pobreza.

No primeiro semestre de 2012, ainda antes das eleições municipais, a SESEP já havia se colocado o desafio da aproximação com as prefeituras e disponibilização sistemática de dados à sociedade civil. Aos poucos a proposta de criação de uma ferramenta *online* ganhou força. A equipe da Secretaria dispunha de muitas ideias e de parte das informações necessárias, mas não da experiência no desenvolvimento de ferramentas dessa natureza. Daí a aproximação com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), que aceitou o desafio de desenvolver em conjunto esse projeto.

Ancorada em experiências anteriores na automação de textos e indicadores para os municípios na forma de relatórios e boletins, a SAGI trouxe novas possibilidades para o projeto, que ao longo do segundo semestre de 2012 evoluiu de uma ferramenta única para um Portal com várias ferramentas intuitivas e de fácil manejo, que podem ser consultadas e compreendidas tanto pelos gestores municipais quanto pelos demais cidadãos.

Os conteúdos dos relatórios informativos que seriam oferecidos pelo *Portal*, assim como o *layout* da página, foram desenvolvidos conjuntamente entre a SAGI e a SESEP durante o segundo semestre de 2012. Os diferentes tipos de relatórios para cada um dos municípios brasileiros começaram a ser gerados em fase de testes a partir de um banco de dados já estruturado pela SAGI, chamado MI-BSM. Por intermédio de programações específicas, esse banco de dados estabelece

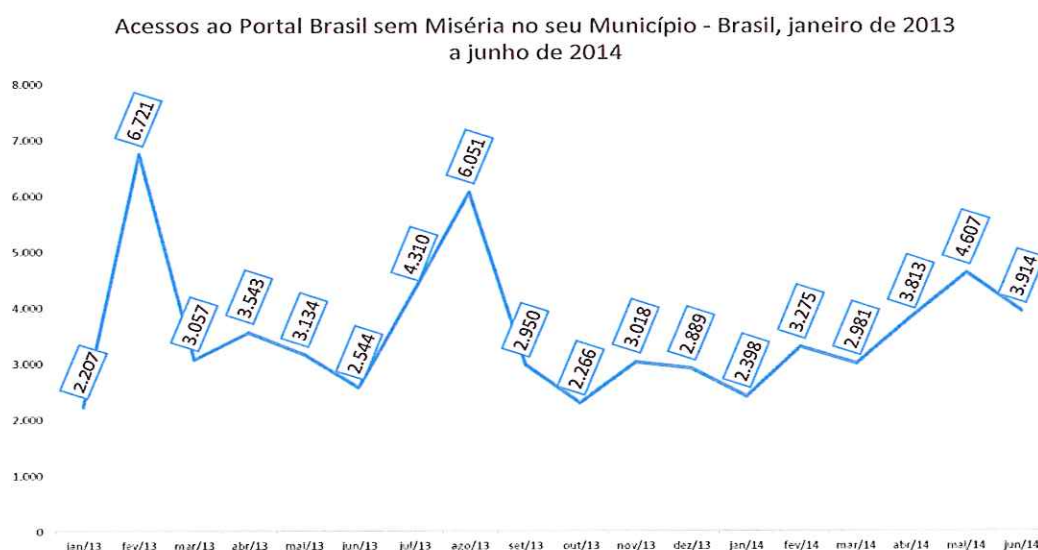
interações condicionais entre os indicadores e os textos pré-definidos pelas duas Secretarias, o que possibilita a disponibilização de boletins individualizados para cada unidade territorial, com informações atualizadas bimestralmente.

Os textos informativos sobre os principais programas do BSM, que também seriam disponibilizados aos usuários, foram desenvolvidos pela SESEP ao longo do segundo semestre de 2012. Os relatórios adicionais já haviam sido criados pela SAGI.

O *Portal Brasil Sem Miséria no seu Município* (www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios) foi lançado logo no início das novas gestões municipais, em janeiro de 2013, durante o “Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas”, ocorrido em Brasília.

Na ocasião, foram feitos cerca de 1.000 atendimentos presenciais a prefeitos e secretários municipais para apresentar a ferramenta. A ferramenta foi apresentada em três edições dos “Diálogos Governo-Sociedade Civil” sobre o BSM, em 2013 e 2014, e também é objeto do interesse de muitos jornalistas e acadêmicos. O *Portal* tem uma frequência média mensal de 3.537 usuários, com pico de 6.721 acessos logo após seu lançamento, conforme mostra o gráfico abaixo.

Acessos ao portal “Brasil sem Miséria no seu município”- 2013 é



Ainda quanto ao processo de implementação, após o lançamento passaram a ser seguidos fluxos de dados e indicadores a serem carregados no MI-BSM para que o *Portal* funcione de maneira atualizada. Alguns fluxos já estavam estabelecidos desde 2004 entre a SAGI e as demais secretarias finalísticas do MDS. Já os fluxos de informações referentes a programas e ações do BSM executados por outros ministérios são coordenados pela SESEP, que os envia mensalmente à SAGI para serem tratados de maneira a gerar indicadores que alimentarão o banco de dados MI-BSM. Conforme explicado, é a partir desse banco que são extraídas as informações que alimentam os aplicativos do *Portal* bimestralmente, em especial os *Relatórios Brasil Sem Miséria no seu Município*.

Em agosto de 2013, o Portal passou a contar com uma nova funcionalidade, o *Painel de Indicadores de Monitoramento*, alimentado pelo mesmo banco de dados. O *Painel* disponibiliza séries históricas de indicadores do Plano, permitindo identificar eventuais empecilhos à evolução das ações locais contra a miséria.

Em setembro de 2013, durante o “II Seminário Nacional sobre Pactuação Federativa no Brasil Sem Miséria”, foi lançado o *Portal Brasil Sem Miséria no seu Estado*, “irmão mais novo” do *Portal* sobre municípios, respondendo a demandas de diversos interlocutores do BSM nos governos estaduais e municipais e na sociedade civil.

4) RELEVÂNCIA DA PRÁTICA EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS INDICADOS NO ARTIGO 13 DESTE REGULAMENTO - limite de 2 (duas) páginas:

Quando o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado, por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, uma de suas diretrizes – prevista no artigo 3º, parágrafo IV da norma em questão – era a “atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade”.

Como explicado nos itens 2 e 3 deste documento, a intersetorialidade e a articulação federativa são imprescindíveis no BSM, dadas as características multidimensionais da pobreza e as diversas formas em que ela se manifesta em cada localidade do país. É o trabalho conjunto do MDS com os demais ministérios, os estados e os municípios, com a participação da sociedade civil, que permitiu ao BSM retirar 22 milhões de brasileiros da situação de pobreza extrema do ponto de vista da renda, matricular mais de 1,3 milhão de jovens e adultos de baixa renda nos cursos de qualificação profissional do Pronatec e garantir mais de 580 mil crianças do Bolsa Família matriculadas em creches, para citar apenas alguns resultados.

Para promover a transparência do Plano e de seus resultados em todo o território nacional, a SESEP inicialmente divulgava informações no sítio do MDS e num portal criado para conter informações sobre o BSM. Nele a SESEP divulgava tabelas com atualizações mensais dos resultados nacionais consolidados dos principais programas e ações do Plano. Sob demanda, produzia informações estadualizadas. Em paralelo, promovia atividades de diálogo com a sociedade civil, previstas num plano de participação social elaborado juntamente com a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Essas atividades, aliadas a procedimentos padronizados de transparência passiva, davam conta da diretriz de “atuação transparente” prevista no Decreto. Contudo, a SESEP sentia a necessidade de ir além, pois a visibilidade e o sucesso alcançados pelo BSM faziam com que as demandas por informações suplantassem o alcance dos mecanismos de transparência passiva.

Dada a necessidade, intrínseca ao Plano, de um relacionamento direto com gestores públicos de todo o país e com a sociedade civil, e tendo em vista a capacidade reduzida de uma equipe “enxuta” para atender às demandas uma a uma, surgiu a ideia de buscar uma forma de disponibilizar todos os principais resultados do Plano com o maior nível de desagregação viável e ao mesmo tempo útil a um público amplo. Esse nível de desagregação é o municipal, o mais demandado nas interações do BSM com a sociedade civil, e que ao mesmo tempo proporciona a tão necessária interação com os gestores públicos locais.

Era necessário, contudo, buscar mecanismos que permitissem atualização periódica das informações, e disponibilizá-las em um meio de acesso fácil e irrestrito, em ambiente amigável e com linguagem simples e clara. Estavam colocados os elementos básicos para um projeto amplo de transparência ativa para o BSM.

Para desenvolver esse projeto, a SESEP procurou a SAGI, que aproveitou suas experiências anteriores na automação de textos e indicadores para os municípios na forma de relatórios e boletins. Parte das informações usadas no *Portal* já constava do banco de dados da SAGI, e as informações de outros parceiros já eram coletadas pela SESEP nas Salas de Situação onde é feito o monitoramento sistemático de cada política do BSM. Foi necessário apenas estabelecer uma rotina e um formato de envio periódico de dados da SESEP à SAGI.

Quanto às informações sobre o que são e como funcionam os programas do BSM, a SESEP já havia previsto elaborar uma cartilha a respeito, de modo que os textos acabaram servindo tanto para a publicação impressa (lançada em janeiro de 2013 e posteriormente reeditada) quanto para disponibilização *online* – em formato diferenciado, que permite acesso direto aos textos de cada programa, com abas para cada aspecto da iniciativa abordada, o que facilita muito a consulta.

Dado o aproveitamento de experiências, processos e produtos já existentes, houve fôlego para aprimorar o projeto, que evoluiu da ideia inicial de uma ferramenta única para um *Portal* que

organiza dados de diversas fontes em um mesmo ambiente e com uma forma de apresentação clara, simples e objetiva, por meio da utilização de ferramentas intuitivas e de fácil manejo, que podem ser consultadas e compreendidas tanto pelos gestores municipais quanto pelos demais cidadãos.

Assim, o *Portal Brasil Sem Miséria no seu Município* proporciona informações customizadas e atualizadas bimestralmente para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, mostrando o atual estágio das ações do BSM em seu território, além de gráficos que permitem acompanhar a evolução de indicadores ao longo do tempo, textos explicando o Plano e seus principais programas e dicas para montar estratégias municipais de combate à miséria.

O acesso às informações do *Portal* é liberado a todos os interessados, sem necessidade de cadastramento e sem áreas de acesso restrito. As informações podem ser acessadas a qualquer momento, de qualquer parte do Brasil e do mundo.

Tudo isso proporciona à sociedade um poderoso instrumento de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de combate à pobreza. Com apenas três “cliques”, o cidadão pode saber: se o nível de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades de educação e saúde do Bolsa Família em sua cidade é compatível com a média nacional; qual a quantidade de matrículas feitas no Pronatec Brasil Sem Miséria em seu município ou o volume de recursos recebidos pela prefeitura para apoio a ações de Busca Ativa – entre várias outras informações. Assim, entidades da sociedade civil organizada e o cidadão comum podem cobrar das prefeituras o desempenho adequado e acompanhar a evolução dos indicadores após terem feito suas cobranças.

Aos gestores públicos municipais, o *Portal* proporciona melhores condições de intervenção local para o acesso da população mais vulnerável às políticas de combate à pobreza disponíveis na cidade. As iniciativas mais frequentemente impactadas pelas informações do *Portal* são aquelas em que os municípios participam por meio de adesão voluntária (suplementação de recursos para creches do Brasil Carinhoso, Construção de Unidades Básicas de Saúde, Pronatec BSM etc) e aquelas que exigem do executor municipal papel regularmente instituído (como a tarefa de registrar famílias no Cadastro Único e a de acompanhar o cumprimento de condicionalidades). O resultado são políticas públicas aprimoradas e/ou ampliadas em âmbito municipal. E até mesmo a implementação de programas que ainda não estavam disponíveis devido à falta de informações dos gestores públicos municipais sobre eles.

Além disso, muitos prefeitos e secretários relataram à SESEP ter usado informações do *Portal* para montar suas estratégias municipais de combate à miséria, de acordo com o perfil de sua região e sua cidade, e para apoiar a formulação de Planos Plurianuais, entre outros usos.

Mas o espectro de clientes que utilizam o *Portal* é ainda mais amplo, o que atesta a facilidade de acesso e uso. A área de comunicação do MDS recomenda a jornalistas a consulta ao *Portal*, e eles passaram a ser um público frequente, bem como os pesquisadores de diversas vertentes acadêmicas, que também usam com regularidade outras ferramentas da SAGI.

Deixamos para o final um outro público muito exigente: os secretários e outros gestores estaduais. Eles relatavam a importância do *Portal* para seu trabalho mas, especialmente nos casos de estados com um grande número de cidades, reclamavam da dificuldade de ter que consultar centenas de relatórios municipais. Daí a decisão de criar o *Portal Brasil Sem Miséria no seu Estado* (www.brasilsemmiseria.gov.br/estados). Nele, além das informações customizadas por estado, atualizadas bimestralmente, há também tabelas com os dados dos principais programas desagregados município a município, permitindo cotejar resultados, elaborar diagnósticos regionalizados e planejar o apoio às cidades que mais precisam.

Assim, o *Portal Brasil Sem Miséria no Seu Município* mostra sua relevância não só como instrumento de *accountability* e prestação de contas, mas como ferramenta de apoio à tomada de decisão, que afeta a qualidade da implementação das ações do BSM nos municípios. Ele amplia o potencial e a capacidade da gestão pública para transformar a situação social no território, municiando os tomadores de decisão de informações fundamentais para o cumprimento dos compromissos de superação da extrema pobreza no País.

5) EVIDÊNCIAS - limite de 20 (vinte) páginas:

Exemplo de relatório municipal disponibilizado pelo *Portal Brasil sem Miséria no seu Município* em anexo, conteúdo 8 páginas.

Observação 1: utilizar espaçamento simples, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Observação 2: o limite de páginas nos campos 2, 3 e 4 inclui a possível utilização de gráficos, fotos e demais elementos visuais.

Observação 3: no campo Evidências podem ser anexados documentos que dão suporte as informações prestadas nos campos 2, 3 e 4, a serem utilizados pela Comissão Técnica e/ou Julgadora.

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superaram o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione da maneira mais adequada possível, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

O Cadastro Único e o público-alvo do Plano no seu município

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, o município tem:

- 55.605 famílias registradas no Cadastro Único
- 28.697 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (29,86 % da população do município)

Cobertura cadastral e Busca Ativa

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro (todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

De junho de 2011 a junho de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 1.658 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços em aumentar a qualidade das informações registradas quando da atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

Garantia de Renda

Programa Bolsa Família

Em agosto de 2014, o município tinha 28.697 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 108,14 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 108,14 %).

Foram transferidos R\$ 4.770.976,00 às famílias beneficiárias do Programa em agosto de 2014.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a agosto de 2014, houve aumento de 6,55 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município, 96,13 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada .

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 95,17 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde .

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

Benefícios variáveis gestantes e nutrizes

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em agosto de 2014, 257 famílias recebem o benefício variável à gestante (BVG) e 180 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

Acesso a Serviços

Assistência Social

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em junho de 2014 o município tinha em seu território:

- 7 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS.
- 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) cofinanciados pelo MDS.
- 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP) cofinanciado pelo MDS.
- 100 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua cofinanciadas pelo MDS.

Saúde

Até julho de 2014, o município recebeu repasse do Ministério da Saúde para a construção de 2 Unidades Básicas de Saúde em localidades de alta concentração de pobreza (sendo 0 em fase de ação preparatória, 2 em execução, 0 canceladas e 0 concluídas).

Educação

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

Brasil Carinhoso - Creches

A Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias.

Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

Em 2012, foram identificadas 1.048 crianças do Bolsa Família em 22 creches do município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 714.128,16 o repasse para creches.

Para 2013, o município já fez o pedido de suplementação a partir da identificação de 1.173 crianças no Bolsa Família em 21 creches. Neste mês, o status do seu município no SIMEC era de pagamento efetuado. Para saber como e quando utilizar os recursos, leia atentamente a Resolução 17/2013 do FNDE.

Escola em Tempo Integral

O Mais Educação é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos.

A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas onde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação.

Em 2013, o município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 134 escolas do ensino fundamental, sendo 114 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

Inclusão Produtiva

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria)

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Trimestralmente as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria no seu município.

De janeiro de 2012 a julho de 2014, foram efetuadas 5.931 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Para 2014, foi pactuada a oferta de 1.976 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Acessuas Trabalho

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) transfere recursos do Governo Federal aos municípios para que eles desenvolvam ações que promovam a inclusão produtiva do público-alvo da assistência social. As ações envolvem mobilização e encaminhamento ao Pronatec Brasil Sem Miséria (e a outras iniciativas de inclusão produtiva) e o acompanhamento da permanência dos alunos nos cursos, entre outras atividades.

Os repasses do Acessuas Trabalho em 2013 somaram R\$ 328.520,00.

Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Bolsa Verde, paga R\$ 300 por trimestre para famílias que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente. As famílias beneficiadas se comprometem a manter a vegetação e a fazer uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas. O benefício é concedido por dois anos, podendo ser renovado.

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

De outubro de 2011 a julho de 2014, o Bolsa Verde, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiou 19 famílias do município.

Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER)

A ATER é um serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas.

A assistência técnica promove o aperfeiçoamento do sistema de produção das unidades produtivas familiares, aumentando a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, melhorando sua renda e qualidade de vida.

De maio de 2011 a julho de 2014, 89 famílias de agricultores familiares do município tiveram o acesso a serviços de ATER garantido por meio de chamadas públicas para seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Água para Todos

O objetivo do Programa Água para Todos é garantir amplo acesso à água potável para as populações rurais. Isso é fundamental para a segurança alimentar e nutricional não só por causa do consumo da água pelas famílias, mas também porque o acesso à água amplia a produção de alimentos e a criação de animais, que podem ser consumidos (com impacto na situação alimentar e nutricional) e gerar excedentes a serem comercializados, propiciando renda e melhorando a vida das famílias.

O Programa Água para Todos implanta cisternas para o armazenamento de água para o consumo humano. A população beneficiada recebe orientações sobre o manuseio da água, melhorando seu aproveitamento e diminuindo a incidência de doenças causadas pela falta de informações e de cuidados com a água consumida.

De janeiro de 2011 à julho de 2014, foram entregues 2.192 cisternas de armazenamento de água para consumo.

A demanda identificada no meio rural do município, conforme informações do Cadastro Único, é de 8.285 famílias sem acesso a água.

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

Informações Complementares

População: 340.199 habitantes

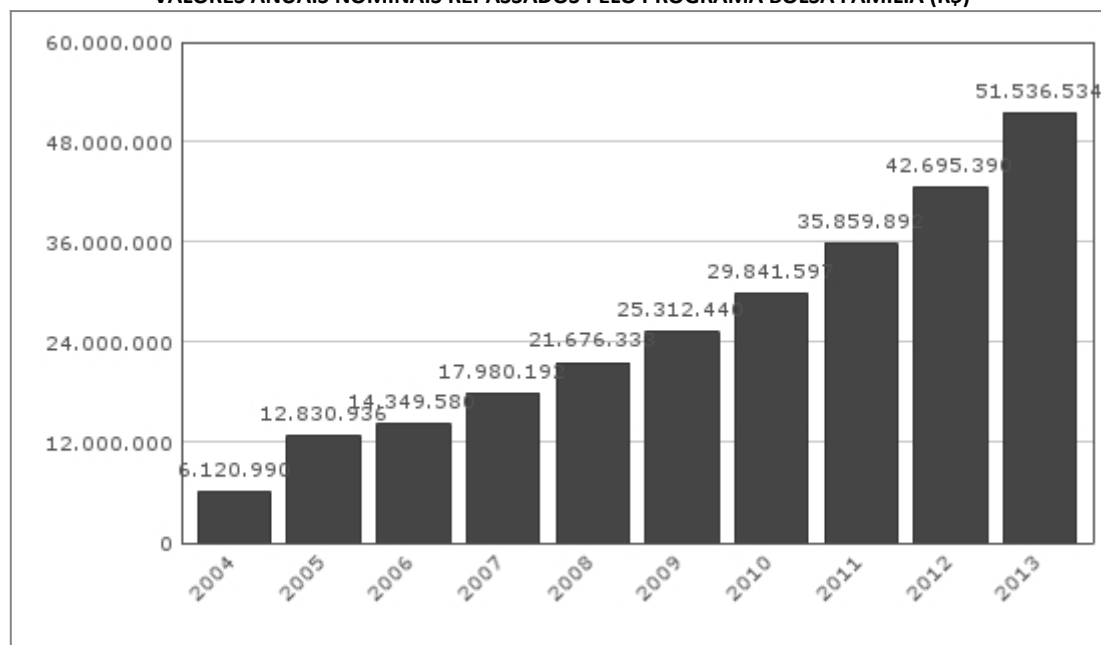
TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repasso total em 2013 (R\$)
Bolsa Família	28.697 famílias (agosto de 2014)	R\$ 51.536.534,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	11.333 pessoas (junho de 2014)	R\$ 88.850.825,70

Em 2013, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 140.387.359,70) representa 229,85 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 61.077.255,44).

De 2004 a 2013, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 741,96 %.

VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$)



O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO

	Recursos disponíveis em conta (R\$)
IGD PBF	470.350,03 (junho de 2014)
IGD SUAS	109.871,64 (junho de 2014)
Proteção Social Básica	1.053.130,38 (julho de 2014)
Proteção Social Especial	1.105.027,36 (julho de 2014)

REDE COFINANCIADA PELO MDS - EQUIPAMENTOS E EQUIPES

	Implantado	Com pendência de implantação	Total cofinanciado pelo MDS
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	7	0	7
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	2	0	2
Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP)	1	0	1
Equipes volantes de Assistência Social	0	0	0

Atenção gestor:

Mantenha os dados cadastrais do seu município sempre atualizados no CadSUAS. Para mais informações, entre em contato com a Central de Relacionamento do MDS pelo telefone 0800 707 2003 ou pelo e-mail redesuas@mds.gov.br. Sempre que fizer contato, anote o Protocolo de Atendimento.

Relatório gerado em 11 de setembro de 2014